



AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE DE APODI-RN

Socio-spatial inequalities in the city of Apodi/RN

Desigualdades socioespaciales en la ciudad de Apodi/RN

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v24.860>

Héllen Jamilly Benevides¹

Ademir Araújo Costa²

Histórico do Artigo:

Recebido em 27 de outubro de 2022

Aceito em 19 de junho de 2023

Publicado em 05 de julho de 2023

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise sobre a estrutura socioespacial na cidade de Apodi, uma cidade do interior do Rio Grande do Norte que se localiza na divisa com o estado do Ceará, enfatizando as desigualdades socioespaciais existentes. As desigualdades socioespaciais no espaço urbano de Apodi tornaram-se mais visíveis após as transformações ocorridas a partir da ação de alguns agentes produtores do espaço. Essas transformações possibilitaram que o espaço urbano produzisse e aprofundasse espaços desiguais, onde uns progridem em detrimento de outros. Entre as transformações ocorridas está o recente crescimento urbano e o processo de urbanização. O objetivo geral deste trabalho é analisar as áreas de desigualdades socioespaciais na cidade de Apodi. Para isso, foi elaborado um referencial teórico sobre o processo de formação do espaço urbano e realizado um resgate histórico sobre às características, formação e estrutura urbana de Apodi. Para isso, a fim de identificar as desigualdades socioespaciais na cidade, foi adotado uma metodologia através da coleta dos dados por meio de aplicação de questionário em formato *online* realizada de acordo com uma amostragem não-probabilística pelo método em bola de neve. Com isso, as desigualdades socioespaciais na cidade de Apodi foram identificadas e espacializadas no espaço urbano, apresentando as características e sentimento de exclusão dos moradores entrevistados.

Palavras-Chave: Espaço urbano. Desigualdades socioespaciais. Cidade de Apodi. Crescimento urbano.

ABSTRACT

This work presents an analysis of a socio-spatial structure in the city of Apodi, a city in the interior of Rio Grande do Norte that is located in the division with the state of Ceará, emphasizing the existing socio-spatial inequalities. The socio-spatial inequalities in the urban space of Apodi- became more visible after the transformations that took place from the action of the producing agents. These changes

¹ Mestre em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Email: hellenjamilly@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-7256-7135>

² Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Titular do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: oujarademir@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-8611-6458>

made it possible for urban space to produce and deepen unequal spaces, where they progress in facilitation. Among the changes that have taken place is the recent urban growth and the urbanization process. The general objective of this work is analyzed as areas of socio-spatial inequalities in the city of Apodi. For this, a theoretical framework was prepared on the process of urban space formation and a historical review was carried out on Apodi's resources, structure and structure. For this, the identification of data as inequality in the city was adopted according to a methodology through the collection of data through the application of data in online format of application in dice ball through never used data of application in dice ball. online application format with by the non-probative method. With this, the socioeconomic inequalities were identified urban and urban in space, presenting the spatial characteristics and the movement of the residents.

Key words: Urban space. Socio-spatial inequalities. Apodi city. Urban growth.

RESUMEN

Este trabajo presenta un análisis de la estructura socioespacial en la ciudad de Apodi, una ciudad del interior de Rio Grande do Norte que se encuentra en la frontera con el estado de Ceará, enfatizando las desigualdades socioespaciales existentes. Las desigualdades socioespaciales en el espacio urbano de Apodi se hicieron más visibles a partir de las transformaciones que se produjeron a partir de la acción de algunos agentes productores de espacio. Estas transformaciones posibilitaron que el espacio urbano produjera y profundizara espacios desiguales, donde unos progresan en detrimento de otros. Entre los cambios que se han dado está el crecimiento urbano reciente y el proceso de urbanización. El objetivo general de este trabajo es analizar las áreas de desigualdades socioespaciales en la ciudad de Apodi. Para ello se elaboró un marco teórico sobre el proceso de formación del espacio urbano y se realizó una revisión histórica sobre las características, formación y estructura urbana de Apodi. Para ello, con el fin de identificar las desigualdades socioespaciales en la ciudad, se adoptó una metodología a través de la recolección de datos mediante la aplicación de un cuestionario en formato online realizado según un muestreo no probabilístico por el método bola de nieve. Con eso, las desigualdades socioespaciales en la ciudad de Apodi fueron identificadas y espacializadas en el espacio urbano, presentando las características y el sentimiento de exclusión de los residentes entrevistados.

Palabras clave: Espacio urbano. desigualdades socioespaciales. ciudad de Apodi. Crecimiento urbano.

INTRODUÇÃO

A maioria das cidades do Brasil apresenta acelerado crescimento urbano, principalmente nas médias e grandes cidades. De acordo com Silva (2007, p. 90): “As grandes cidades e as aglomerações metropolitanas tornaram-se manchas de alta concentração demográfica, áreas de forte demanda e de constantes conflitos com múltiplos interesses”. Porém, esse crescimento se reflete também nas pequenas cidades, como no caso da cidade de Apodi-RN.

O crescimento urbano na cidade de Apodi vem ocorrendo em algumas áreas restritas no espaço territorial da cidade. O crescimento, cujo encaminhamento para o desenvolvimento da maioria dessas áreas, origina uma sobreposição em relação aos outros espaços ocupados, no que se diz respeito à infraestrutura urbana e aos serviços básicos. Portanto, por meio desses fatos é possível identificar áreas dotadas de melhor infraestrutura do que outras, o que nos leva a perceber as desigualdades socioespaciais na cidade de Apodi.

Nesse contexto, a expansão urbana se constitui em um elemento fundamental para compreender a configuração espacial da cidade, pois por meio dela é possível perceber a distribuição

das classes sociais no espaço urbano e o valor atribuído à terra. No processo de expansão urbana, os proprietários fundiários assumem papel de destaque ao converterem suas terras próximas à mancha urbana para o uso urbano, obtendo à terra como importante investimento (NASCIMENTO; MATIAS, 2011).

Dessa forma, o processo de urbanização é fruto da economia capitalista que visa o crescimento urbano e acúmulo de capital. Para Harvey (2012), a urbanização é a peça mais importante para o capitalismo. Portanto, cidades são transformadas para atender às demandas do capitalismo, com sua política voltada na necessidade de encontrar terrenos lucrativos para a absorção de capital excedente, onde as terras são transformadas em partes fragmentadas e vendidas em lotes.

A terra como mercadoria surge a partir da ação do mercado imobiliário no espaço urbano, em que a localização do indivíduo no espaço se torna muito importante diante das possibilidades de acesso aos serviços, o que pode influenciar no surgimento de áreas de desigualdades. Para Coelho (2017, p. 36), a distribuição social no espaço urbano:

[...] é resultante de um conjunto de processos distintos relativos a fatores como configuração espacial, condições sociais, econômicas, culturais e outras. O processo de expansão da cidade contemporânea também atua na dinâmica, sobreposto aos processos mais gerais, como a globalização.

Diante disto, a dinâmica entre sociedade e espaço atribuído ao território grande importância, pois determinados espaços não apresentam a estrutura que possa proporcionar oportunidades para os seus moradores. São espaços carentes, com fragilidades sociais, econômicas e culturais que apresentam alto grau de vulnerabilidade, pois apresentam poucas potencialidades (PENNA; FERREIRA, 2014).

Portanto, as áreas de desigualdades socioespaciais são caracterizadas pela falta de serviços básicos e de investimentos públicos na infraestrutura. Esses espaços podem caracterizar-se como áreas de risco que colocam os moradores locais em estado de vulnerabilidade econômica e social. De acordo com Rodrigues (2007, p. 74) esse processo que ocorre nas áreas urbanas surge e se reproduz devido ao capitalismo:

A desigualdade socioespacial é expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social [...]. A desigualdade socioespacial exprime formas e conteúdo da apropriação e da propriedade, da mercadoria terra e das edificações, da cidade mercadoria, da exploração e da espoliação da força de trabalho, da acumulação desigual no espaço, da presença e da, aparentemente paradoxal, ausência do Estado capitalista no urbano.

A população ao habitar esses espaços de desigualdades socioespaciais se expõe a riscos e se encontra em estado de vulnerabilidade. Os riscos aumentam a partir que o espaço urbano se torna produto de consumo devido ao mercado imobiliário que atua intrinsecamente ligado aos interesses capitalistas, avançando cada vez mais, a fim de expandir seus empreendimentos imobiliários, afastando, assim, a população pobre para as áreas periféricas, cada vez mais distantes do centro urbano. Tal fato, proporciona menores oportunidades à população segregada, refletindo na qualidade de vida desse segmento social.

Dessa forma, esses moradores são impactados com outros problemas, como a mobilidade urbana, pois, ao se localizarem na periferia, dificulta-se o acesso ao emprego e aos serviços básicos, os quais estão quase sempre localizados nas áreas centrais, aprofundando e possibilitando mais vulnerabilidade social e econômica. Diante disso, Penna e Ferreira (2014, p. 1), apresenta que as cidades são espaços de produção e reprodução das desigualdades, violência, pobreza e da imobilidade urbana, pois:

[...] a questão da vulnerabilidade social enfocada numa perspectiva socioespacial é entendida como um processo no qual interagem as condições do território e as potencialidades da população que nele habita. É a interação dessas características sociais, econômicas e culturais da população do lugar (suas potencialidades) que resultaria no grau de vulnerabilidade dos lugares. Procura-se detectar a estrutura de oportunidades que o território apresenta para a população e a interação delas com as potencialidades sociais da população. Essa interação entre as estruturas de oportunidades e os ativos presentes no território originaria um processo de vulnerabilidade da população que vive em determinado lugar.

O fenômeno da vulnerabilidade social/territorial, no que lhe concerne, deve ser enfrentado pelas políticas públicas, em que, o poder público se torna agente principal. É preciso que esses espaços de vulnerabilidade sejam equipados de infraestrutura que possam proporcionar aos moradores locais as mesmas oportunidades que os moradores de outros espaços. Proporcionar a equidade territorial para diminuir as desigualdades sociais é função do Estado, pois os espaços de vulnerabilidade social apresentam fragilidade nas relações entre a moradia, o trabalho, a educação, a saúde, o lazer e a oferta de oportunidades para a ascensão social (PENNA; FERREIRA, 2014).

A partir desse contexto é possível levantar alguns questionamentos que ao longo da pesquisa pretende-se esclarecer: na cidade de Apodi quais são as áreas de segregação socioespacial? Quais fatores influenciam para que uns espaços sejam beneficiados em detrimento de outros? Quais são as principais transformações observadas no espaço urbano de Apodi?

A estrutura dessa pesquisa se deu com o intuito de abordar assuntos relevantes para o entendimento do espaço urbano e as desigualdades socioespaciais na cidade de Apodi. O objetivo geral

deste trabalho é analisar as áreas que apresentam desigualdades socioespaciais na cidade de Apodi, através da análise da estrutura espacial da cidade.

Para alcançar os objetivos, esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em março de 2021, porém foi somente aprovada em novembro de 2021 devido às documentações exigidas. A pesquisa foi realizada entre dezembro de 2021 a abril de 2022 por meio da aplicação de questionários aos moradores e funcionários da secretaria e entrevistas a funcionários da prefeitura municipal.

A metodologia da pesquisa foi realizada por meio da amostragem em bola de neve. A amostragem bola de neve aumenta o número de participantes quando os primeiros participantes indicam outros nomes com características específicas à pesquisa (VINUTO, 2014). O método da pesquisa é hipotético, pois foi a partir da observação como residente na cidade que foi possível identificar os fenômenos que deram origem a este trabalho. A abordagem foi qualitativa e quantitativa, pois foram apresentados dados estruturais a partir de coleta de dados primários e secundários. A metodologia está estruturada em etapas tendo uma sequência lógica para alcançarmos os objetivos. O processo metodológico é formado por três etapas, os quais são: levantamento bibliográfico, de documentos e de materiais cartográficos; pesquisa de campo; e coleta de dados primários e secundários.

A finalidade do tema proposto é identificar as áreas de desigualdade socioespacial na cidade, avaliando os elementos causadores desse processo no seu espaço geográfico urbano. Portanto, a pesquisa exploratória de campo se constituiu na linha de estudo pelo qual o trabalho foi desenvolvido.

PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL

O contexto histórico das primeiras cidades brasileiras a terem de fato se urbanizado foi baseado no processo de urbanização europeu. A consolidação da urbanização da Europa se deu por volta do século XVIII com a Revolução Industrial. Já no Brasil, o processo de Industrialização se intensificou somente no século XX, mais precisamente nas décadas de 1940 e 1950.

O processo de industrialização brasileira, concentrou-se principalmente nas grandes cidades. As questões primordiais para a urbanização é a inserção da indústria nas grandes cidades e a modernização do campo, as quais foram elementos impulsionadores para provocar o êxodo rural e contribuíram para consolidar uma urbanização caótica e desigual, refletindo-se nas desigualdades socioespaciais urbanas.

O processo de urbanização no Brasil ocorreu de forma muito intensa e o contingente da população brasileira nas áreas urbanas cresceu rapidamente. Diante disso, o Brasil passa a ser um país urbanizado, pois a maioria de sua população se encontra nas áreas urbanas. Segundo o IBGE (2010),

na década de 1940 os dados demográficos apresentam uma taxa de população urbana de 31,34%, ou seja, 41.236.315 milhões de pessoas. Já em 2010, a taxa de urbanização era de 84,36%, totalizando 160.925.792 milhões de pessoas vivendo nas cidades.

O crescimento do espaço urbano de forma intensificada ocorre também graças à atuação dos principais agentes da produção do espaço urbano que são os proprietários dos meios de produção, os promotores imobiliários, os proprietários fundiários, os grupos sociais excluídos e o Estado (CORRÊA, 2001).

Dessa forma, com o crescimento desenfreado das cidades, surgiram problemas sociais devido à ação dos agentes de produção, ao mau planejamento da expansão territorial e habitacional das grandes cidades. O processo de urbanização aprofundou a desigualdade social no Brasil, devido à má distribuição de renda, criando assim, espaços de segregação e ilegalidade (AZEVEDO; SANTOS JUNIOR; RIBEIRO, 2009).

O contexto histórico da formação e crescimento das cidades brasileiras, no que diz respeito a distribuição de renda ao trabalhador, não aumentava conforme o crescimento econômico. Esse déficit na relação salarial com o crescimento econômico levou a formação de problemas enfrentados até hoje nos centros urbanos, como a produção ilegal de moradias, a segregação socioespacial e o mercado concentrado nas mãos de uma minoria. O ciclo de concentração de patrimônio, poder econômico e político é vicioso em nossa sociedade, em que poucos são beneficiados. O crescimento econômico em muitas regiões se dá pela valorização especulativa da terra, ocasionando a exclusão do trabalhador.

Ao discutir sobre construção do espaço urbano, o elemento primordial é o direito a habitação. O habitar é histórico na vida dos seres humanos, pois todos devem ocupar determinado espaço. Em contrapartida, o habitar é uma grande deficiência em muitos municípios brasileiros, o qual torna esta ação como também uma questão social e econômica.

Nos anos de 1960 e 1970, a política nacional de desenvolvimento urbano foi estruturada por meio de um sistema de financiamento de habitação e saneamento. Nem o sistema de habitação nem o de saneamento foram capazes de possibilitar condições adequadas de moradia para a população mais humilde. Os modelos foram feitos basicamente para as regiões urbanas das grandes cidades, pois nelas haviam mercado e demanda (ROLNIK; KLINK, 2011). Esse modelo de habitação e saneamento possibilitou que o mercado produzisse “cidades privadas” beneficiando as classes médias e altas. Para as classes inferiores, tanto no campo como na cidade, restaram parcelas precárias do território, sem as menores condições e sem acesso aos serviços básicos, como a mobilidade, por exemplo.

Desde o começo do processo de urbanização no Brasil, o déficit habitacional já era uma realidade. O processo de urbanização por meio de habitações é lucro para o capitalismo, pois se usa a casa própria como mercadoria, propondo, então, que o Estado seja intermediador para a construção das habitações com o propósito de regular o preço do mercado imobiliário.

Dessa forma, os investimentos para a infraestrutura da terra urbana foram obtidos por meio de financiamentos do Estado brasileiro. Há também o investimento dos compradores da terra em se juntarem para fornecer ao novo espaço ocupado serviços básicos, como, por exemplo, água, energia, posto de saúde, asfalto e transporte.

DESIGUALDADES E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAIS URBANAS

Os centros urbanos, durante o século XX, sofreram transformações devido ao processo de industrialização no Brasil. A atividade industrial colaborou para o crescimento da população urbana e devido a isso desencadeou muitos problemas no espaço urbano. Além da análise de alguns problemas urbanos, neste tópico trata-se das desigualdades e da segregação socioespacial.

O processo de segregação socioespacial ocorre principalmente no interior das cidades, o qual se apresenta como uma fragmentação em áreas do território urbano, existindo áreas bem mais estruturadas do que outras. Com isso, ocorre a separação da população de acordo com características econômicas, ou seja, aqueles com melhor poder aquisitivo ocupam os melhores espaços e os de menor poder aquisitivo ocupam, quase sempre, as áreas menos assistidas de infraestrutura e serviços. Essas desigualdades no espaço urbano se configuram como resultados das práticas espaciais, pois se constituem como reflexo, meio e condição para a reprodução do sistema capitalista (CORRÊA, 2007).

O processo de segregação é realizado pelas pessoas que se caracterizam em três conjuntos: a situação socioeconômica, a urbanização e a etnia (CÔRREA, 2001). A partir da caracterização da população é possível determinar as características das áreas sociais dessa população, tornando os bairros homogêneos e segregados. “A segregação residencial é uma expressão espacial das classes sociais” (CÔRREA, 2001, p. 10). Para Costa (2000, p. 64):

O termo segregação está sempre atrelado à questão residencial, pois reflete a origem e o padrão social de cada segmento, tendo uma maior relação com a reprodução da força de trabalho. Entendemos que segregação socioespacial urbana pode ser definida como a forma em que o espaço urbano se encontra organizado de forma homogênea em cada grupo e uma forte heterogeneidade entre os demais, mas havendo uma constante interrelação entre eles.

Uma das principais características da segregação socioespacial é a localização da terra, pois, determina a acessibilidade aos serviços oferecidos na cidade. Portanto, as terras melhores localizadas, valem mais em detrimento de outros espaços mais periféricos e distantes dos pontos centrais da cidade. No entanto, as características físicas da terra, também se apresentam como pontos relevantes para a aquisição e investimento deste espaço, influenciando no preço imobiliário, bem como na estrutura e disponibilidade de serviços básicos e equipamentos urbanos.

A desigualdade socioespacial demonstra a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida. Expressa a impossibilidade da maioria dos trabalhadores em apropriar-se de condições adequadas de sobrevivência. É visível, até para os olhares desatentos, a “oposição” entre áreas ricas e áreas pobres. Porém, a compreensão de causas e conteúdo de crises, problemas, contradições, conflitos não é explicitada o que dificulta entender a complexidade da produção, consumo do e no espaço (RODRIGUES, 2007, p. 75, grifo do autor).

Os centros das cidades são áreas de hierarquia em que boa parte dos habitantes urbanos querem ter acesso, seja pela facilidade em encontrar serviços e comércio, seja pela sua localização estratégica no espaço urbano, o que não se faz disso uma regra, pois, parte da alta classe social praticam o processo da autosegregação. Os que não podem ocupar a área central da cidade, passam a ocupar áreas próximas, mas, sendo essas áreas também visadas pelo mercado imobiliário, porém, os demais segmentos sociais ocupam a periferia, destituída de infraestrutura. A organização social dada pela localização que o cidadão ocupa formará ou não as desigualdades diante do acesso ao básico (educação, saúde, segurança, moradia, etc.), dando início ao processo de segregação (COELHO, 2017).

O processo de segregação não está atrelado somente a camada inferior da sociedade urbana, como também a população de maior poder aquisitivo, pois estes podem fazer o papel de auto segregador, e ainda escolher os espaços que podem habitar (COSTA, 2000). Entre os responsáveis pela autosegregação socioespacial, está:

[...] a classe dominante ou algumas de suas frações. Sua atuação se faz, de um lado, através da auto-segregação na medida em que ela pode efetivamente selecionar para si as melhores áreas, excluindo-as do restante da população: irá habitar onde desejar. A expressão desta segregação da classe dominante é a existência de bairros suntuosos e, mais recentemente, dos condomínios exclusivos e com muros e sistemas próprios de vigilância, dispendo de áreas de lazer e certos serviços de uso exclusivo, entre eles, em alguns casos, o serviço de escolas públicas eficientes (CÓRREA, 1989, p. 11).

Ou seja, o processo de segregação é visto por duas óticas diferentes e praticadas por classes sociais distintas. O processo de segregação da classe mais pobre ocorre não por escolha e sim, por maioria das vezes, única alternativa. Já o processo de autosegregação é realizado por escolha da

classe social mais rica, pois, nos condomínios fechados de luxo, podem se encontrar muitos serviços, como: lazer e segurança. O acesso aos demais serviços, estes possuem condições suficientes a terem acesso, pois possuem transporte próprio, o que não impossibilita na boa mobilidade na cidade.

A pobreza não se refere somente às questões econômicas, mas também às questões políticas e sociais. As questões que impedem o cidadão de se auto promover e conseguir sair da linha da pobreza vão muito além da renda do trabalhador. A sociedade é marcada pelas desigualdades sociais. Segundo Pinheiro (2010, p. 48):

[...] construção de uma política de habitação que acompanhe o crescimento urbano, com programas contínuos e diversificados de produção de novas moradias e regularização das áreas irregulares, e de ações de ordenamento e controle do solo, que reduzam a especulação imobiliária e promovam a inclusão territorial.

Sendo assim, ao produzir habitação é necessário também produzir outros serviços essenciais, como uma infraestrutura que ajude a essa população a se manter naquele lugar. O crescimento das cidades não planejadas permitiu que estas cidades crescessem sem considerar a organização social, a habitação, o emprego e questões sanitárias, ampliando as desigualdades sociais e colabora para a formação de áreas segregadas na cidade. Conforme já comentado anteriormente, as populações mais atingidas são as que residem em regiões menos favorecidas pelo processo de urbanização, mostrando os piores índices em desenvolvimento e infraestrutura urbana, colocando essa população em estado de vulnerabilidade.

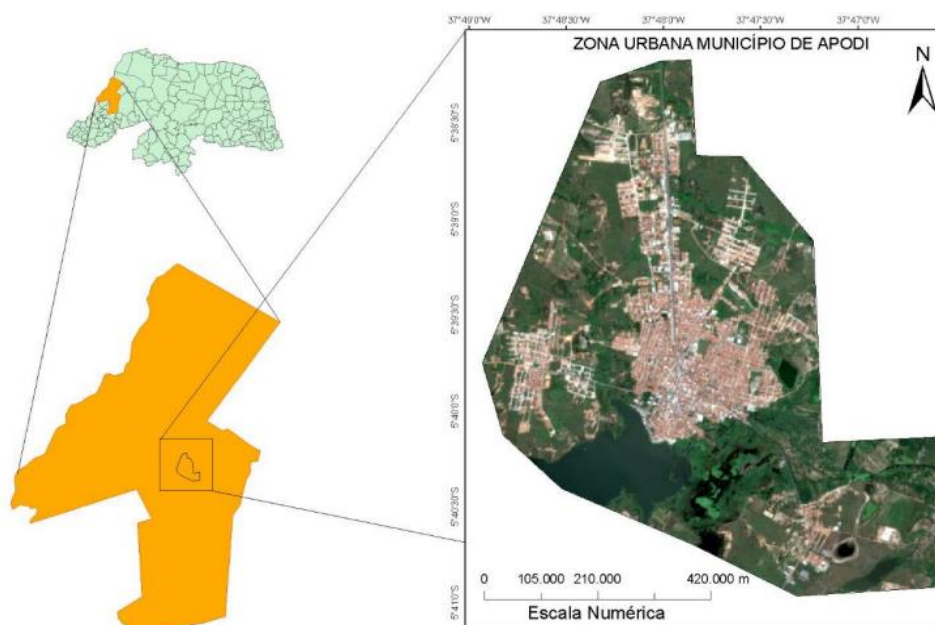
A vulnerabilidade socioespacial está intrinsecamente ligada à pobreza e a ausência da atuação do poder público. Com efeito, aprofunda o distanciamento ao acesso a oportunidades que possa promover a diminuição das desigualdades socioespaciais e a situação de vulnerabilidade social. Os espaços urbanos precisam ser equipados de habitações adequadas, de escolas, de saúde, segurança e lazer. Sem essa estrutura básica a população fica à mercê das mazelas urbanas, possibilitando a evasão escolar de crianças e adolescentes, além da exposição às drogas, prostituição e violência.

A reestruturação de áreas de desigualdades socioespacial, proporcionará maior equidade urbana, pois as áreas de desigualdades socioespaciais são frutos do mercado imobiliário que os desvaloriza, a fim de promover outros. Esses espaços se tornam esquecidos e desvalorizados pelo poder público e, assim, tornam-se espaços ocupados pela população mais humilde e vulnerável. As áreas segregadas tornam-se espaços de profundas desigualdades por não possuírem o mínimo para os seus moradores.

APODI: UM ESPAÇO EM TRANSFORMAÇÃO

Apodi é um município do interior do Rio Grande do Norte fundada em 19 de abril de 1680, com população em 2021 de 35.874 habitantes, onde segundo o IBGE (2012) no ano de 2010 era de 34.763 habitantes. Ocupa uma área de 1.602.477 km² e está localizado na mesorregião Oeste Potiguar e na microrregião da Chapada do Apodi, como pode ser visualizado no mapa 1 (PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI, 2021). Além de apresentar uma densidade demográfica, conforme a última estimativa, de 21,69 hab./km² (IBGE, 2021).

Mapa 1: Localização da cidade de Apodi.



Fonte: Bezerra (2019 apud BARROSO 2019, P. 210).

Apodi é o segundo maior município em área territorial do Rio Grande do Norte e divide-se em quatro regiões: região da Chapada, ao Norte; Região das Pedras, ao Sul; Região da Areia, ao Oeste; e Região do Vale, ao Leste. De acordo com essa divisão é possível entender a diversidade das características físicas do município.

Apodi destaca-se pelo crescimento da mancha urbana e conforme a prefeitura municipal a cidade possui 24 bairros, porém a atualização do Plano Diretor do município está prevendo a redução para 19 bairros, é curioso esse fato, em que a justificativa pode estar relacionada a uma melhor organização da cidade, com bairros mais amplos. Os bairros existentes em Apodi são: Baixa do CAIC;

Bacurau I; Bacurau II; Betel; Bicentenário; Bico Torto; Centro; Cruz de Almas; Cohab; Garilândia; Independência; IPE; Lagoa Seca; Malvinas; Missões; Pequé; Portal da Chapada; Pody dos Encantos; São João; São José; São Sebastião; São Vicente; Timbaúba do Campo; Teimosos. Dessa forma, pretende-se reduzir para 19 bairros, os quais são: Bacural I, Bacural II, Baixa da Alegria, CAIC, Betel, Bico Torto, Centro, Cruz de Almas, Garilândia, IPE, Lagoa Seca, Malvinas, Missões, Pequé, Portal da Chapada, Pody dos Encantos, São João, São Sebastião e Timbaúba do Campo.

O município de Apodi se destaca pela importância econômica regional, porém Mossoró, município vizinho, apresenta maior centralidade na região. Apodi por se localizar entre Mossoró (73 km) e Pau dos Ferros (74,1 km) desempenha o papel de centro intermediador entre essas duas importantes centralidades econômicas no interior do estado do Rio Grande do Norte, colaborando com o seu destaque econômico na região. Neste sentido, apresenta-se a seguir algumas características do município que justificam essa afirmativa.

A população do município de Apodi apresenta-se 50,4% residente na zona urbana e 49,6% residente na zona rural. Estes dados revelam outro aspecto importante do município que é à questão fundiária. Aproximadamente, metade da população do município reside na zona rural, distribuídos entre pequenos territórios voltados, principalmente, para a agricultura familiar e pecuária. Segundo dados do IBGE (2012) o número de famílias assentadas são de 517 em uma área de 13.919 hectares, por meio do projeto de reforma agrária, contudo, as famílias da zona rural não se restringem somente a ocupação por assentamentos.

Por outro lado, no que se refere a zona urbana de Apodi, o processo de crescimento e urbanização ocorre de forma desordenada, concentrando os serviços e equipamentos urbanos no centro e nos bairros próximos. Já para os bairros mais periféricos enfrentam dificuldades no acesso aos serviços de saúde, de educação, de segurança e de lazer, devido à falta de um planejamento adequado que privilegie de forma igualitária a oferta desses serviços à população.

Analisar as transformações do espaço urbano da cidade de Apodi não é tarefa fácil, pois envolve diversos fatores. A expansão urbana é um dos fatores mais influentes para compreender-se a dinâmica, bem como a distribuição da população no espaço urbano. A análise da expansão urbana de Apodi é bem significativa a partir do ano de 2012, após a efetiva implementação de programas de habitação, como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Esse programa estabeleceu uma nova configuração espacial na cidade, a qual contribuiu no surgimento de novas paisagens e migrações internas, ou seja, o deslocamento de moradores no próprio espaço urbano.

Conforme os bairros analisados, é possível identificar a presença do PMCMV em alguns bairros, onde se observam diferentes resultados em relação à localidade da implementação do programa. Os reflexos sociais do programa em regiões metropolitanas diferem em relação ao contexto das cidades pequenas. Nas cidades pequenas do RN, o PMCMV apresenta melhorias nos espaços contemplados, pois com a aquisição dos imóveis por meio de financiamentos pelo programa causam transformações importantes para o espaço urbano, como: o aumento da mancha urbana, construção de novos empreendimentos e novas habitações pelos agentes imobiliários e desenvolvimento local. Atualmente, o PMCMV foi substituído pelo Programa Casa Verde e Amarela, que abarca outras responsabilidades, além da melhoria das habitações e construção de novas habitações financiadas, como também a regularização fundiária.

Quanto ao crescimento da mancha urbana, de forma geral, o cadastro imobiliário é dinâmico, pois há sempre novas construções e de acordo com essa pesquisa a Prefeitura Municipal de Apodi forneceu informações sobre a evolução de imóveis urbanos no período de 2007, 2009 e 2017, bem como estimativa do ano de 2021 (Tabela 1).

Tabela 1: Crescimento de imóveis fixos na cidade de Apodi.

Ano	Imóveis
2007	3.308
2009	5.000*
2017	10.686
2021	12.000*

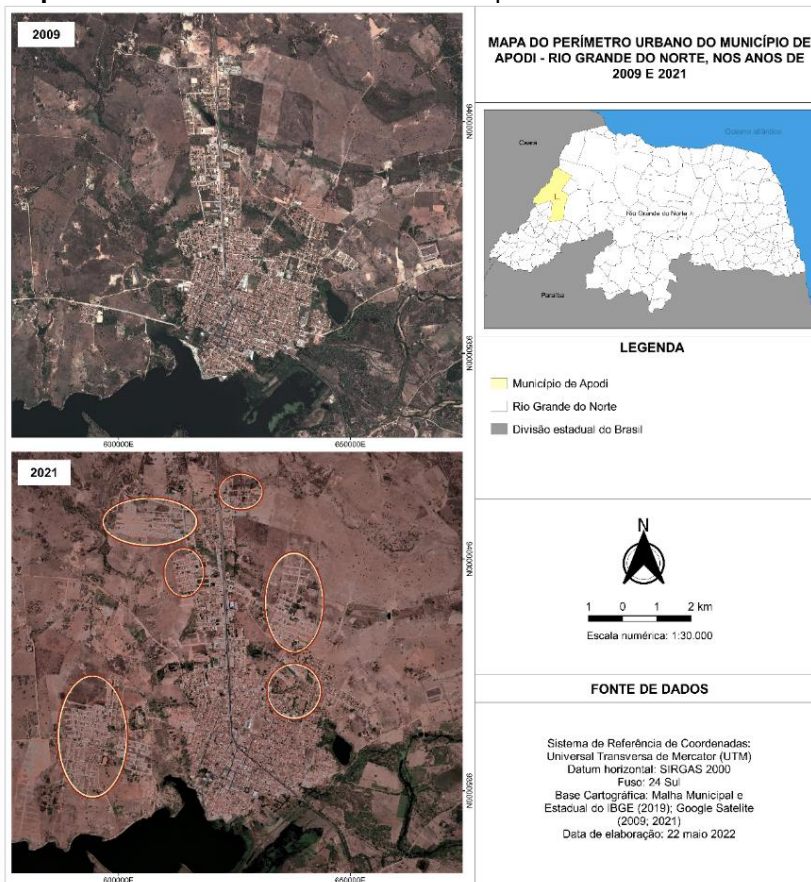
Fonte: Prefeitura Municipal de Apodi, 2022. *Imóveis estimados.

Segundo a tabela acima (Tabela 2), no ano de 2007 foram 3.308 imóveis cadastrados. Já em 2009, no início das construções das habitações financiadas por meio do PMCMV a estimativa é em torno de 5 mil imóveis. No ano de 2017, mais atualizado pelo sistema, foi cadastrado 10.686 imóveis e há estimativas para o ano de 2021 em torno de 12 mil imóveis cadastrados, pois o sistema não está totalmente atualizado. Estima-se que atualmente tenha em torno de 12 mil imóveis edificadas ou não edificadas, como casas e terrenos, cadastrados. O setor responsável por esses dados na prefeitura passou pelo processo de digitalização no ano de 2010 para facilitar o processo de cobrança do IPTU na cidade. Portanto, desde o começo das construções do PMCMV até o ano de 2021 houve um aumento de imóveis em torno de 41,6%.

A cidade não apresenta somente o PMCMV como o único programa habitacional, há também habitações construídas por intermédio da política habitacional financiada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) que possibilitou a partir dos anos de 1960 que houvesse um crescimento na mancha urbana, como também crescimento demográfico em Apodi, devido ao incentivo do Governo Federal com a criação de conjuntos habitacionais, que resultaram na criação de dois novos bairros, Pody dos Encantos e Lucas Pinto do IPE, que tiveram como agentes operacionais as empresas de habitação IPE e Companhia de Habitação Popular (COHAB) (PACHECO; BAUMANN, 2006).

Ainda na década de 1960 surgiram os bairros Bacurau I e Bacurau II e na década de 1970 surgiram outros conjuntos, dentre eles, o Bico Torto. O incentivo do Governo Federal para a expansão do espaço urbano com a construção de novas moradias era destinado a áreas periféricas da cidade, pois o valor da terra era mais barato devido à má infraestrutura do espaço. O perfil dos imóveis era popular, atendendo a uma população de baixa renda, onde não trouxe melhorias no que se refere a infraestrutura dos novos bairros. O mapa 2 abaixo apresenta a expansão urbana em Apodi desde o ano de 2009, antes da implementação do PMCMV, no qual na segunda imagem destaca-se onde houve crescimento no espaço urbano.

Mapa 2: Perímetro urbano da cidade de Apodi no ano de 2009 e 2021.



Fonte: Alana Ticiane Alves do Rêgo (2022).

Além dos conjuntos habitacionais como fatores de expansão urbana de Apodi, os novos loteamentos também contribuíram mais uma vez para o crescimento da mancha urbana. Os loteamentos mais recentes lançados na cidade, conforme a prefeitura de Apodi, são: Bacurau I, Brisa da Lagoa, Missões, Poty dos encantos e Portal da Chapada. Apesar de o bairro Bacurau I ser antigo, havia poucas moradias e muita terra disponível, pois o bairro dá acesso a uma zona rural do município. Com isso, recentemente, à terra disponível no bairro foi vendida em forma de lotes para os construtores, os quais constroem as casas e depois vendem por intermédio de financiamento, inclusive, os construtores constroem as casas segundo os parâmetros do próprio órgão financiador, a Caixa Econômica Federal, que constitui, basicamente, a maioria das habitações do bairro.

A participação do Estado e de outros agentes produtores do espaço, como o PMCMV, atualmente em pequenas cidades, contribuem para o crescimento urbano. Ao mesmo tempo, em relação ao passado diante da participação do Estado, contribuem ainda para o financiamento da construção de novas habitações padronizadas que trazem consigo uma nova infraestrutura para o bairro, ocasionando atração e, conseqüentemente, o deslocamento das classes de maior poder aquisitivo, realizando, assim, a valorização dos bairros beneficiados pelo programa.

Vale salientar aqui a diferença entre crescimento e desenvolvimento, pois com o crescimento urbano em alguns bairros, houve sim melhorias nesses espaços, porém, melhorias em detrimento de outros espaços não é desenvolvimento, por isso que esse desenvolvimento ocorre de forma desigual. A partir disso, é possível observar os espaços que possuem maiores ofertas de serviços básicos e espaços segregados em Apodi.

Dessa forma, os bairros apresentam aspectos únicos que possa gerar o poder de atrair indivíduos de outras camadas sociais, bem como o poder de retraindo indivíduos. Os fatores referem-se à acessibilidade, disponibilidade de serviços e equipamentos urbanos, infraestrutura, fatores sociais, como criminalidade, poluição sonora e prostituição, e a fatores físicos, como o relevo e tipo de solo que pode interferir nas construções locais (NASCIMENTO; MATIAS, 2011).

O processo de urbanização das pequenas cidades da mesorregião oeste potiguar gera problemas urbanos que podem estar atrelados a sub-região a qual pertence. A questão das sub-regiões ainda é um forte problema para o desenvolvimento econômico do estado, pois cada uma tem suas especificidades. A formação dessas pequenas cidades, segundo Bezerra e Lima (2011, p. 47) se deu pelo:

[...] crescimento da população, que foi se concentrando em seus perímetros urbanos. O aumento do número populacional não sendo acompanhado de um respectivo aumento nas políticas públicas, também trouxe para estes espaços alguns dos chamados problema urbano, dos quais podemos mencionar a insuficiência de uma infraestrutura básica, como

calçamentos, ou sistema de abastecimento de água e coleta de lixo; a ocupação de áreas de risco; insuficiência nos serviços de educação, saúde e segurança; falta de emprego para os novos moradores da cidade, sobretudo aqueles vindos do campo; além da violência e de um processo de marginalização ou exclusão. Neste contexto torna-se possível observar o surgimento de alguns espaços segregados frente às outras áreas destas cidades.

A exemplo disso, tem-se a realidade da cidade de Apodi, onde o processo de crescimento da cidade tem se dado por meio da reprodução de espaços de desigualdades. As características dessas áreas podem se diferenciar das outras por meio da paisagem existente, bem como em relação à infraestrutura, tipos de moradia e os de serviços básicos ofertados.

Portanto, as atividades relacionadas à moradia, comércio de bens, prestação de serviços públicos e lazer representam os principais serviços básicos e é com isso que irá direcionar as discussões do trabalho, pois a partir da pesquisa é possível identificar que a questão urbana enfrenta problemas relacionados principalmente a questões sociais e administrativas.

Contudo, no que concerne as desigualdades socioespaciais, este estudo pretende alcançar seus objetivos analisando alguns indicadores entre os bairros destacados e a cidade na totalidade, como: a renda familiar; nível de escolaridade; número de moradores por residência; condição de ocupação; infraestrutura dos bairros; sentimento de marginalização e ausência do poder municipal e locomoção. Com a análise desses indicadores, pode-se compreender melhor as desigualdades socioespaciais presentes na cidade de Apodi.

ESPACIALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO ESPAÇO URBANO DE APODI

Nesta seção apresenta a espacialidade dos bairros na cidade e identifica os bairros segregados e menos favorecidos de serviços básicos. A identificação da espacialização das desigualdades se dá através das análises realizadas anteriormente por meio dos indicadores sociais.

Dessa forma, a pesquisa apresenta as seguintes características da população. A população entrevistada está entre a população de 18 a 59 anos, sendo a maioria entre 25 a 29 anos com o nível de escolaridade superior incompleto, variando entre o ensino fundamental até a pós-graduação. A maioria das casas dos moradores entrevistados na pesquisa são casas próprias, com 74% e a quantidade de moradores por residência varia de 3 a 4 pessoas, os quais detêm renda familiar de 0 a 4 salários mínimos ou mais, concentrando, em sua maioria, entre 1 a 3 salários mínimos e tem como chefes de família o pai e o próprio entrevistado.

Esta pesquisa abrange o estudo de 11 bairros da cidade e cada um apresenta características próprias que influenciam na dinâmica socioespacial. Vale salientar que essa pesquisa utilizou uma

amostragem não-probabilística, ou seja, não houve relação com o número real dos moradores dos bairros. No geral, o questionário foi respondido por 140 moradores, porém, houve a necessidade de excluir algumas amostras pelo fato de residirem em zona rural e em bairros com baixa quantidade de moradores para essa pesquisa, totalizando assim 114 moradores participantes. No quadro abaixo (Quadro 1) apresenta-se os bairros analisados nessa pesquisa e divididos de acordo com a faixa de renda para uma melhor análise.

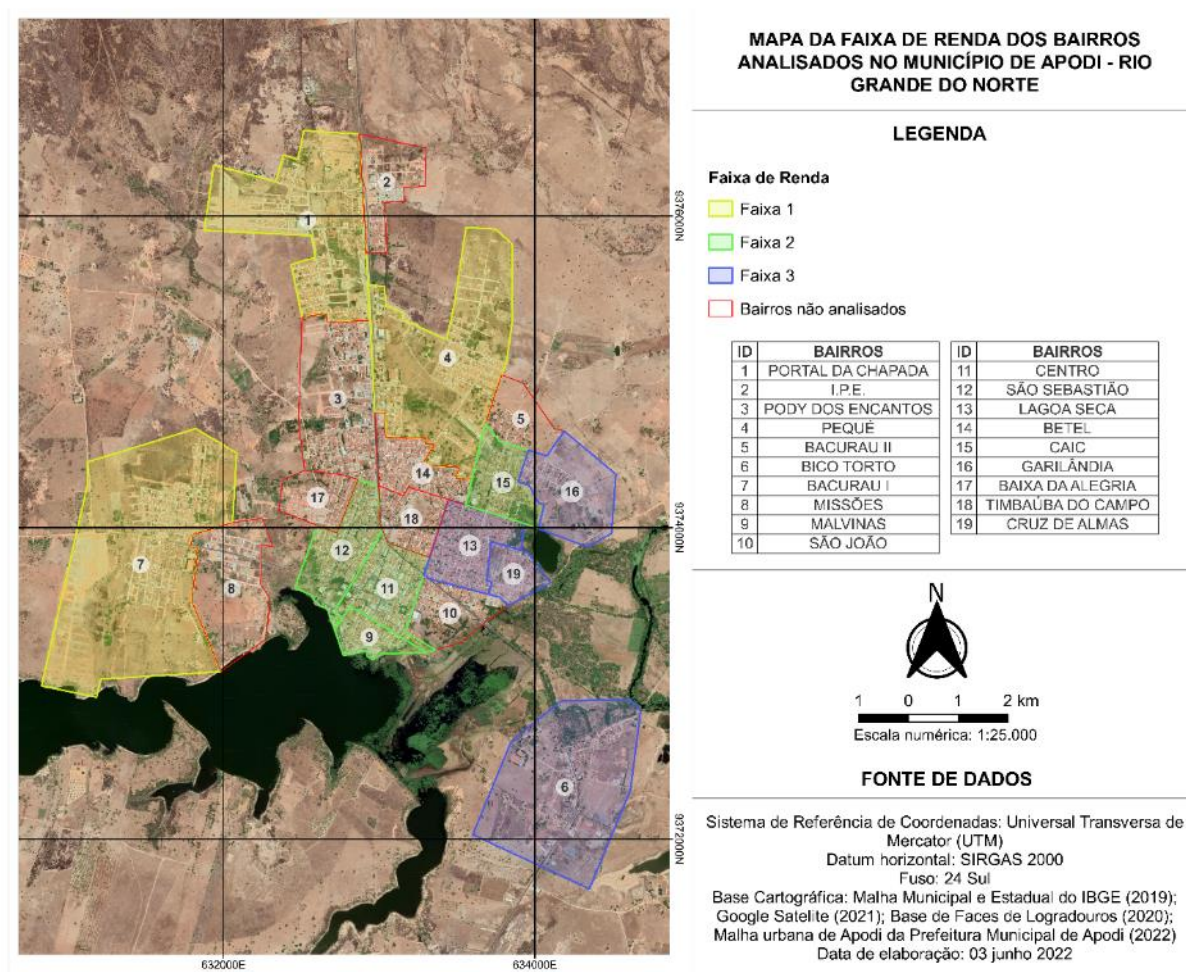
Quadro 1: Bairros por faixa de renda.

Bairros Analisados	Faixa de Renda
Bacurau I	Faixa 1
Pequé	Faixa 1
Portal da Chapada	Faixa 1
São Sebastião	Faixa 2
Centro	Faixa 2
Malvinas	Faixa 2
CAIC	Faixa 2
Bico Torto	Faixa 3
Garilândia	Faixa 3
Lagoa Seca	Faixa 3
Cruz de Almas	Faixa 3

Fonte: Pesquisa de campo, nov./dez., 2021.

Com isso, a análise dos resultados foi organizada por faixas de renda 1, 2 e 3, sendo a faixa 1 os bairros com as melhores rendas, faixa 2 os bairros com rendas medianas e faixa 3 os bairros com as menores rendas familiares. Os bairros da faixa 1 são os bairros Bacurau I, Pequé e Portal da Chapada. Os bairros faixa 2 são os bairros São Sebastião, Centro, Malvinas e CAIC. Já os bairros faixa 3 são os bairros Bico Torto, Garilândia, Lagoa Seca e Cruz de Almas. No mapa abaixo apresenta a espacialidade dos bairros na cidade, destacando os bairros analisados nessa pesquisa (Mapa 3).

Mapa 3: Espacialização das desigualdades socioespaciais na cidade de Apodi/RN.



Fonte: Alana Ticiane Alves do Rêgo (2022).

No mapa acima, identifica-se a espacialização dos bairros analisados nessa pesquisa, podendo observar a localização desses bairros no espaço urbano. Dessa forma é perceptível a segregação de alguns bairros, bem como a centralidade de outros. Segundo o mapa 5 os bairros faixa 3 Cruz de Almas, Garilândia e, principalmente, o bairro Bico Torto encontram-se mais afastados e segregados em relação aos bairros mais centrais. Os bairros faixa 2 são os bairros mais centrais e menos segregados, porém, os bairros faixa 1 como o Portal da Chapada e Pequê estão mais distantes do centro, assim como os bairros faixa 3.

O que possibilitou a identificação das desigualdades socioespaciais foram os indicadores sociais que indicam o processo de exclusão da população devido aos fatores econômicos, de desenvolvimento humano, qualidade domiciliar e percepção da população entrevistada. Os indicadores econômicos referem-se a renda familiar e o chefe de família, como já dito anteriormente, os bairros com

as melhores rendas são os bairros faixa 1, onde a maioria apresenta renda de 4 salários mínimos ou mais. Em contraponto, os bairros da faixa 3 apresentam renda familiar de 1 a 2 salários mínimos, como apresentado no quadro 2.

Quadro 2: Renda média familiar nos bairros analisados da cidade de Apodi.

Bairros Analisados	Renda Familiar	Média dos Moradores (%)
Centro	De 1 a 2 salários mínimos	58%
Bacurau I	De 4 salários mínimos ou mais	31%
Lagoa Seca	De 1 a 2 salários mínimos	50%
São Sebastião	De 2 a 3 salários mínimos	46%
Cruz de Almas	Até 1 salário mínimo	46%
Bico Torto	De 1 a 2 salários mínimos	56%
CAIC	De 1 a 2 salários mínimos	56%
Malvinas	De 1 a 2 salários mínimos	56%
Garilândia	Até 1 salário mínimo	50%
Pequé	De 4 salários mínimos ou mais	38%
Portal da Chapada	De 4 salários mínimos ou mais	57%

Fonte: Pesquisa de campo, nov./dez., 2021.

O chefe de família sendo o próprio participante nos revela que a pesquisa foi direcionada ao público certo, ou seja, a adultos economicamente ativos, evidenciando a verdadeira realidade econômica da família. No que se refere aos parentes, significa que o chefe de família é irmão ou o cônjuge. Por outro lado, o bairro que apresenta a mãe como chefe de família é o bairro São Sebastião, que pode revelar outras problemáticas, como o papel de gênero. Culturalmente, as famílias são chefiadas pelos pais e isso sempre mostrou o poder masculino, portanto, famílias chefiadas por mulheres são mais vulneráveis, pois precisam de apoio psicológico, social e econômico (VERZA; SATTTLER; STREY, 2015). Além disso, é atribuído à mulher outras atribuições, que possam interferir no tempo e qualidade dessas responsabilidades, onde, segundo Hirata (2015, p. 4):

As responsabilidades tradicionais das mulheres pela educação das crianças estruturam mercados de trabalho que são desvantajosos para as mulheres, resultando em um poder desigual no mercado econômico que, por sua vez, reforça e exacerba o poder desigual na família. Essas relações entre trabalho/família/sociedade, e trabalho/saber/ poder, formam um círculo vicioso e não virtuoso.

Diante disso, tem-se como estereótipo as mães como únicas responsáveis por cuidarem dos filhos e do lar, ao trabalharem reduzem a qualidade de vida, pois, além das obrigações como mãe e dona de casa, compartilha o seu tempo para trabalhar. Além disso, sabe-se que ainda, em alguns casos, mesmo que as mulheres exerçam a mesma função do homem, as mulheres recebem menos que os

homens. Dessa forma, cria-se assim falhas na estrutura familiar. Isso indica que a estrutura familiar de algumas famílias que apesar dos avanços e da luta pela igualdade de gêneros, as famílias que possuem a mãe como chefe de família apresentam menor renda (Quadro 3).

Quadro 3: Principais chefes de família nos bairros de acordo com a faixa 1, 2 e 3.

Bairros Analisados	Faixa de Renda	Chefe de Família	Média (%)
Bacurau I	Faixa 1	O próprio chefe de família	39%
Pequé	Faixa 1	O próprio chefe de família	37%
Portal da Chapada	Faixa 1	O próprio chefe de família	43%
São Sebastião	Faixa 2	Mãe	46%
Centro	Faixa 2	Pai	53%
Malvinas	Faixa 2	O próprio chefe de família	56%
CAIC	Faixa 2	O próprio chefe de família	56%
Bico torto	Faixa 3	Pai	56%
Garilândia	Faixa 3	O próprio chefe de família	62%
Lagoa Seca	Faixa 3	O próprio chefe de família	39%
Cruz de Almas	Faixa 3	O próprio chefe de família	55%

Fonte: Pesquisa de campo, nov./dez., 2021.

O indicador de desenvolvimento humano refere-se ao nível de escolaridade que possibilita a inclusão social da população. “Os indivíduos com maior escolaridade são os que auferem renda mais alta, habitam melhores e mais saudáveis residências” (VICENTIN; SANTO; CARVALHO, 2002, s/p). Observe o quadro abaixo.

Quadro 4: Principais níveis de escolaridade dos moradores dos bairros por faixa 1, 2 e 3.

Bairros Analisados	Faixa de Renda	Nível de Escolaridade	Média (%)
Bacurau I	Faixa 1	Pós-graduação	31%
Pequé	Faixa 1	Ensino superior incompleto	50%
Portal da chapada	Faixa 1	Pós-graduação	57%
São Sebastião	Faixa 2	Ensino superior completo	55%
Centro	Faixa 2	Ensino superior completo	41%
Malvinas	Faixa 2	Ensino médio completo	45%
CAIC	Faixa 2	Ensino superior incompleto	45%
Bico Torto	Faixa 3	Ensino superior incompleto	56%
Garilândia	Faixa 3	Ensino médio completo	62%
Lagoa Seca	Faixa 3	Ensino médio completo	50%
Cruz de Almas	Faixa 3	Ensino médio completo	37%

Fonte: Pesquisa de campo, nov./dez., 2021.

Dessa forma, os bairros da faixa 1 apresentam os maiores percentuais de moradores com acesso ao ensino superior com pós-graduação. Os bairros faixa 2 também apresentam elevados índices de moradores com acesso ao ensino superior. Porém, os bairros da faixa 3, apresentam os menores percentuais de moradores com acesso ao ensino superior. Esses dados indicam que o nível de escolaridade funciona como indicador social, pois possibilita que a sua população ao ter acesso ao ensino superior tem também acesso as melhores rendas, devido a sua mão de obra qualificada. Conforme a isso, segundo Salvato; Ferreira e Duarte (2010, p. 762), observa que [...] a renda é diretamente proporcional à escolaridade, o que vem reforçar a hipótese de que o diferencial de renda poder ser explicado pela diferença de escolaridade.

A espacialidade dos moradores com ensino superior completo refere-se aos bairros nos quais apresentam, em sua maioria, as maiores renda média familiar. Inclusive, esses bairros são os que mais houve crescimento da mancha urbana, ou seja, visados pelo mercado imobiliário e atrativos para a construção de casas para serem vendidos e financiados.

Porém, os bairros que apresentaram os menores níveis de escolaridade são os bairros marginalizados e com as menores renda média familiar, evidenciando, assim, a relação intrínseca entre a renda familiar com o nível de escolaridade.

No que se refere ao indicador da qualidade domiciliar é à condição de ocupação e a quantidade de moradores por residência, que, de forma geral, às três faixas apresentam que possuem casa própria, sendo que os bairros faixa 1 também apresenta um percentual considerável de casas financiadas e nos demais bairros de casas alugadas. Ou seja, os bairros faixa 1 possuem casa própria e financiada e os demais bairros são casas próprias e alugadas (Quadro 5).

Quadro 5: Principais condições de ocupação dos moradores dos bairros por faixa 1, 2 e 3

Bairros Analisados	Faixa de Renda	Tipo de Residência	Média (%)
Portal da Chapada	Faixa 1	Casa financiada	86%
Bacurau I	Faixa 1	Casa própria	77%
Pequé	Faixa 1	Casa própria	62%
São Sebastião	Faixa 2	Casa própria	73%
Centro	Faixa 2	Casa própria	85%
Malvinas	Faixa 2	Casa própria	78%
CAIC	Faixa 2	Casa própria	100%
Bico Torto	Faixa 3	Casa própria	100%
Garilândia	Faixa 3	Casa própria	63%
Lagoa Seca	Faixa 3	Casa própria	50%
Cruz de Almas	Faixa 3	Casa própria	73%

Fonte: Pesquisa de campo, nov./dez., 2021.

A partir desse quadro é possível observar a dinâmica sobre a condição de ocupação dos moradores. Nos bairros faixa 1 é predominante casas próprias ou financiadas. Os bairros faixa 2 e faixa 3 possuem predomínio de casas próprias. Outro indicador importante para analisar-se a qualidade de moradia é a quantidade de moradores por residência, pois quanto mais moradores vivem em um lar mais despesas são geradas e conseqüentemente isso influencia na renda familiar e na qualidade de vida desses moradores. A seguir o número de moradores por residência nos bairros das diferentes faixas de renda (Quadro 6).

Quadro 6: Maiores porcentagens de moradores por residência dos bairros faixa 1, 2 e 3.

Bairros Analisados	Faixa de Renda	Moradores por Residência	Média (%)
Bacurau I	Faixa 1	4 e 5 moradores	31%
Pequé	Faixa 1	4 moradores	43%
Portal da chapada	Faixa 1	3 moradores	57%
São Sebastião	Faixa 2	3 moradores	55%
Centro	Faixa 2	4 moradores	31%
Malvinas	Faixa 2	4 moradores	67%
CAIC	Faixa 2	3 moradores	67%
Bico Torto	Faixa 3	3 moradores	34%
Garilândia	Faixa 3	4 moradores	38%
Lagoa Seca	Faixa 3	3 moradores	41%
Cruz de Almas	Faixa 3	4 moradores	37%

Fonte: Pesquisa de campo, nov./dez., 2021.

Dessa forma, os bairros analisados apresentam como média entre 3 e 4 moradores por residência. Porém, as residências dos moradores dos bairros faixa 2 e faixa 3 tem mais variação entre o número de moradores, variando entre 2 a 7 moradores por residência. Já as residências dos bairros faixa 1 variam somente entre 2 a 5 moradores por residência. Isso nos indica, segundo essa pesquisa, que os bairros faixa 2 e faixa 3 tem mais moradores por residência, o que pode indicar com a renda familiar mais gasto e assim mais dificuldades em manter o lar, devido à renda ser dividida entre os membros da família que ocupam a mesma residência.

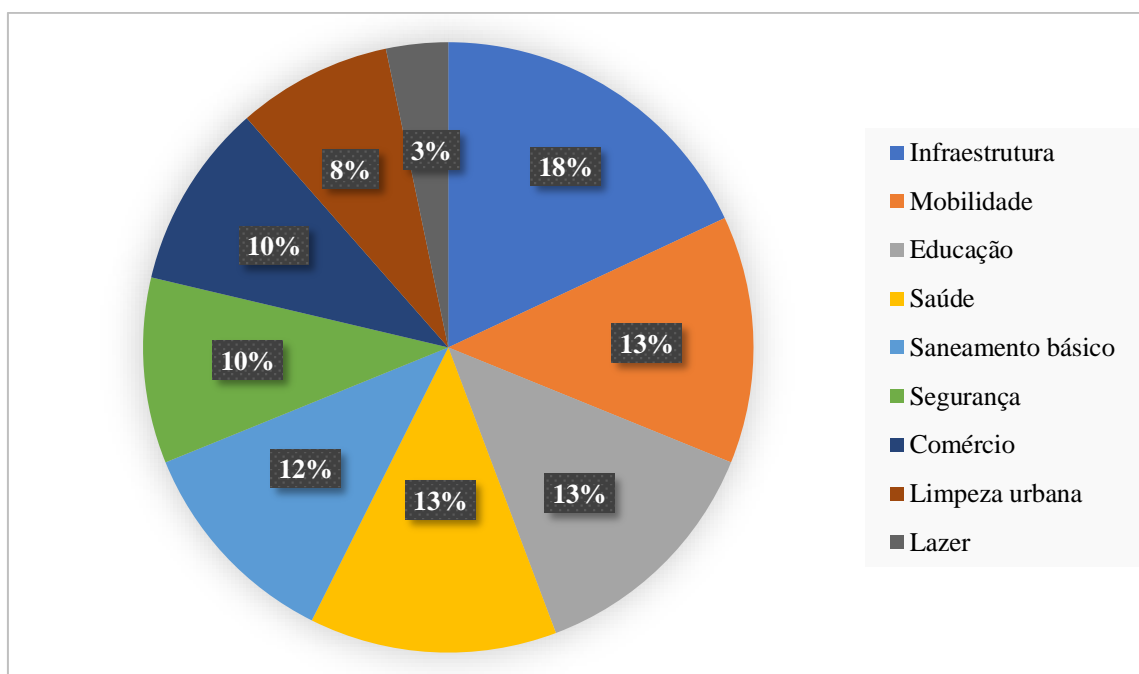
Além disso, o tempo de moradia da população entrevistada nos indica se são mais recentes ou mais antigos. Os moradores dos bairros da faixa 1 moram nos bairros de 5 a 9 anos. Os moradores dos bairros faixa 2 moram nos bairros de 18 a 25 anos e os moradores dos bairros faixa 3 moram de 5 a 26 anos.

Esses dados revelam que existem ocupações mais recentes em alguns bairros e isso se deve principalmente nas recentes construções de habitações e recente crescimento do perímetro, bem como,

populacional. Em outros bairros a ocupação é mais antiga e revela o poder aquisitivo dos moradores se possuem casa própria ou se podem apenas custear uma casa alugada. Portanto, a maioria dos bairros analisados são bairros mais tradicionais onde os moradores se fixam nesses espaços e assim não há tantas migrações internas daqueles que possuem residência fixa.

O indicador sobre a percepção dos moradores quanto ao bairro refere-se sobre os principais problemas da cidade e dos bairros e sobre o nível de satisfação de morar no bairro. Os principais problemas urbanos mencionados na pesquisa foram a infraestrutura, mobilidade, educação, saúde, saneamento básico, segurança, comércio, limpeza urbana e lazer (Gráfico 1).

Gráfico 1: Principais problemas mencionados pelos moradores dos bairros analisados.



Fonte: Pesquisa de campo, nov./dez., 2021.

Conforme o gráfico acima, o déficit na infraestrutura foi citado por 18% dos moradores como problema existente nos bairros. Em segundo lugar ficou o déficit na mobilidade com 13%, ou seja, na locomoção dos moradores do bairro diante do restante da cidade. A educação e saúde foram citados por 13% dos entrevistados e estão em terceiro lugar como os mais citados e em seguida é mencionado o déficit em saneamento básico com 12%. Em seguida, o déficit em segurança e o comércio foram citados por 10% dos entrevistados, seguido pela limpeza pública e lazer com 8% e 3%, respectivamente.

Porém, os principais problemas dos bairros faixa 1 é a infraestrutura, mobilidade e saúde. Os bairros faixa 2 e faixa 3 apresentam, principalmente, problemas na infraestrutura, saneamento básico

e segurança. Isso nos indica que os bairros de todas as faixas analisadas enfrentam problema na infraestrutura, além disso, problema na mobilidade e saúde, evidenciando serem bairros mais distantes dos principais serviços básicos. Os bairros faixa 2 e 3 nos indicam diante dos problemas urbanos com deficiência em relação ao saneamento básico e a segurança, evidenciando serem bairros com déficit de serviços básicos e, fortalecendo o sentimento de exclusão e vulnerabilidade sobre o fator segurança.

Além disso, o nível de satisfação dos moradores de cada bairro, evidencia o quanto o bairro pode ser repulsivo ou atrativo para morar. (Quadro 7).

Quadro 7: Nível de satisfação dos moradores dos bairros analisados.

Bairros analisados	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Bacurau I	23%	23%	54%	0%
Pequé	25%	50%	12%	13%
Portal da Chapada	29%	54%	14%	0%
São Sebastião	0%	73%	27%	0%
Centro	35%	35%	24%	6%
Malvinas	0%	78%	22%	0%
CAIC	0%	33%	67%	0%
Bico Torto	0%	33%	67%	0%
Garilândia	0%	0%	87%	13%
Lagoa Seca	8%	40%	52%	0%
Cruz de Almas	0%	64%	27%	9%

Fonte: Pesquisa de campo, nov./dez., 2021.

Os moradores dos bairros faixa 1 consideram, em sua maioria, ser ótimo e bom morar nos bairros. Os moradores dos bairros faixa 2 consideram ser bom e regular morar nos bairros. Já os moradores dos bairros faixa 3 consideram, em sua maioria, ser regular morar nos bairros. Esses dados indicam que os bairros faixa 1 são mais atrativos que os bairros faixa 3, já os bairros faixa 2 são medianos, apresentando tanto ser bom quanto regular morar nos bairros.

Portanto, diante da percepção do morador diante dos problemas do bairro onde mora e o nível de satisfação ao morar no bairro, constata-se que os moradores dos bairros das 3 faixas apresentam problemas em comum como infraestrutura, saneamento básico, segurança e mobilidade. No que se refere ao nível de satisfação ao morar no bairro, os bairros da faixa 3 apresentam os piores percentuais com mais classificações de ruim e regular, quanto as demais faixas lideram os percentuais de bom e regular.

O próximo quadro apresenta o nível de assistência do poder público municipal. A avaliação sobre o poder público municipal e a sua atuação fez-se necessária para apresentar a percepção dos moradores

sobre o poder público municipal e o quanto estão empenhados para resolver tais problemas. No que se refere a assistência do poder público municipal no bairro, os maiores percentuais indicam que os bairros se sentem assistidos, tendo os percentuais mais negativos os bairros pertencentes as faixas 2 e 3. Com isso, foi necessário avaliar sobre a satisfação dos moradores quanto ao poder público municipal, onde os bairros faixa 1, faixa 2 e faixa 3 indicam, em sua maioria, que o poder público municipal é regular, porém, os bairros faixa 3 apresentam altos índices de negação ao poder público municipal (Quadro 8).

Quadro 8: Nível de assistência do poder público municipal aos bairros analisados de acordo com os moradores entrevistados.

Bairros analisados	Sim	Não
Bacurau I	46%	54%
Pequé	37%	63%
Portal da Chapada	57%	43%
São Sebastião	27%	73%
Centro	53%	47%
Malvinas	62%	38%
CAIC	22%	78%
Bico Torto	11%	89%
Garilândia	0%	100%
Lagoa Seca	50%	50%
Cruz de Almas	18%	82%

Fonte: Pesquisa de campo, nov./dez., 2021.

Porém, o poder público municipal ressalta que os principais problemas estão sendo resolvidos, como o saneamento básico e a questão da drenagem da água pluvial, sendo um problema evidente em vários pontos da cidade. Além disso, aborda sobre as transformações ocorridas no espaço urbano e a importância de atuar sobre os problemas que se aprofundaram com essas transformações.

Dessa forma, as desigualdades socioespaciais estão evidentes no espaço urbano de Apodi, fica notória a existência dos contrastes de paisagem, social e econômico na cidade. Os bairros que apresentam os resultados mais positivos são os bairros que compõem a faixa 1. Por outro lado, os bairros que apresentam os piores índices conforme os indicadores utilizados nessa pesquisa evidenciam serem os bairros que compõem a faixa 3. Já os bairros da faixa 2 apresenta dados tanto positivos quanto negativos, pendendo mais para resultados negativos, principalmente no que se refere ao poder público municipal. Esses contrastes podem ser mais evidentes na paisagem como nas moradias dos bairros das diferentes faixas de renda, como nas figuras 1, 2 e 3.

Figura 1: Casas nos bairros faixa 3 na cidade de Apodi.



Fonte: Autora (2022).

Figura 2: Casas nos bairros faixa 2 na cidade de Apodi.



Fonte: Autora (2022).

Figura 3: Casas nos bairros faixa 1 na cidade de Apodi.



Fonte: Autora (2022).

Os contrastes sociais e econômicos dos moradores refletem na paisagem por eles ocupados. Dessa forma, é perceptível identificar as desigualdades socioespaciais na cidade de Apodi, além da observação os indicadores sociais que auxiliaram na identificação dos espaços de desigualdades socioespaciais, pois, sem o auxílio dos indicadores seria somente senso comum. Portanto, localizar esses pontos de desigualdades reforçam que as medidas do poder público municipal devem ser mais igualitárias entre os bairros para fins de uma melhor qualidade de vida para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de produção do espaço urbano, alguns espaços se desenvolvem em detrimento de outros, contribuindo, assim, para o surgimento de suas complexidades. Dessa forma, a cidade de Apodi tem suas complexidades mais visíveis a partir do recente crescimento urbano que possibilita identificar as desigualdades socioespaciais e a segregação residencial.

Sabe-se que o processo de urbanização no Brasil, de forma geral, deu-se de forma rápida e sem planejamento, o que contribuiu para o surgimento de diversos problemas urbanos, principalmente nas grandes cidades. Porém, as pequenas cidades também apresentam os problemas urbanos, mesmo que de forma menos intensa. Dessa forma, o processo de urbanização e os problemas delas oriundos serviram de suporte teórico a esse estudo.

Conforme as discussões e análises neste trabalho é possível responder aos questionamentos feitos no início deste estudo, a fim de não concluir sobre o tema e sim de fazer reflexões sobre ele.

Inicialmente, o questionamento aborda sobre a existência de áreas de segregação socioespacial na cidade de Apodi, que não somente existe como, agora, podem ser facilmente identificadas no espaço urbano. Este estudo identifica esses espaços segundo a pesquisa realizada diante da perspectiva dos moradores dos bairros analisados, além da pesquisa de campo.

A existência de espaços segregados foi identificada por meio da aplicação de questionário e os dados coletados evidenciam que os bairros com as melhores rendas e, que por essa razão, compõem a faixa 1, apresentaram dados mais positivos diante dos problemas nos bairros, condição de ocupação, nível de escolaridade e qualidade de vida de forma geral. Os bairros faixa 2 apresentaram dados menos positivos e medianos no que se refere aos indicadores sociais. Já os bairros faixa 3 apresentaram menores rendas familiares e dados mais negativos diante dos indicadores sociais e percepção quanto moradores do bairro.

Portanto, conclui-se que os bairros da faixa 3 (Bico Torto, Garilândia, Lagoa Seca e Cruz de Almas) apresentaram os percentuais mais negativos quanto ao bairro onde vivem e a atuação do poder público municipal para resolver os problemas dos bairros. Os bairros faixa 3 são bairros ocupados por moradores de baixa renda que apresentaram fatores que fortalecem o sentimento de exclusão, pois são bairros marginalizados e segregados evidenciados nessa pesquisa por meio dos dados coletados.

Dessa maneira, entende-se que as desigualdades socioespaciais na cidade de Apodi ocorrem principalmente nos espaços marginalizados e segregados da cidade, como os bairros que compõem a faixa 3. Além disso, a cidade está dividida entre classes sociais e é possível identificar onde as pessoas de melhor ou menor poder aquisitivo ocupam, sendo os que possuem menos renda ocupam espaços mais segregados, nos quais indicam que podem adquirir ou até mesmo alugar moradias com preços mais acessíveis. Entende-se, então, que o direito à cidade não é imparcial, a renda e a qualidade de vida no espaço urbano estão intrinsecamente ligadas.

Ainda refletindo sobre os questionamentos que nortearam este estudo, observaram-se os fatores que contribuíram para que houvesse espaços mais beneficiados em detrimento de outros na cidade de Apodi. Tal constatação pôde ser identificada e estudada por meio do recente processo de expansão urbana. Isso acontece devido a não assistência do poder público municipal em sanar ou minimizar esses problemas de infraestrutura e melhorar a oferta de serviços básicos. Para solucionar tais problemas se faz preciso um alto custo de mão de obra e de materiais, os quais não são

disponibilizados ou parecem não serem tão urgentes para o poder público municipal, pelo fato de serem problemas antigos e até agora não solucionados.

O que acontece no espaço urbano de Apodi é um processo recente de expansão urbana em alguns bairros que se encontram ainda em fase de consolidação, os quais ainda apresentam problemas de infraestrutura, mas que, em comparação aos outros bairros segregados, os problemas são menores, considerando os argumentos dos próprios entrevistados e da pesquisa de campo. Porém, com os programas habitacionais, as diferenças entre os bairros se intensificaram e ficando mais visível na cidade.

Apesar do poder público municipal reconhecer muitos problemas, alguns passam despercebidos e ainda sem soluções, como o caso de ruas estreitas e com buracos em suas extensões, além da segregação do bairro Bico Torto, no qual os moradores enfrentam dificuldades, sendo expostos a riscos, quando necessitam passar pela BR 405 para ir a outras partes da cidade.

Além dos problemas relatados acima, busca-se a resolução dos problemas nos serviços básicos da cidade, como a saúde, a economia, a educação, a infraestrutura, mobilidade, saneamento básico, segurança e lazer. Reforçar-se que a população não almeja pela cidade ideal, que não existem problemas, e sim por uma cidade mais justa, na qual se oferte serviços básicos de qualidade e que atendam a demanda da população local sem causar a exclusão social.

Diante disto, o poder público municipal e os agentes produtores do espaço urbano, principalmente o Estado, devem atuar na cidade de forma imparcial para que todos possam usufruir de uma qualidade de vida e justiça social, atuando na organização e planejamento urbano, melhorando os serviços básicos e de infraestrutura da cidade. Além disso, a população precisa ser mais parceira do poder público municipal para evidenciar assim os seus direitos como cidadãos.

Por fim, as principais transformações observadas no espaço urbano de Apodi são facilmente identificadas por meio do tipo de moradias e de infraestrutura que compõem os bairros. Dessa forma, este estudo indica que os trabalhos posteriores possam contribuir com as desigualdades socioespaciais de forma mais abrangente, ou seja, que possam coletar dados de todos os bairros da cidade e que possam já terem acesso a dados mais recentes do IBGE. Vale salientar a importância deste trabalho no tocante a evidenciar problemas urbanos que são mais comuns em grandes cidades, mas que se percebe esses problemas também em pequenas cidades, podendo contribuir para que mais estudos nessa área sejam realizados.

Portanto, esta pesquisa se mostra relevante para que outros estudos relacionados à Geografia urbana sejam realizados em Apodi. Além disso, configura-se como auxílio para o Poder

Público Municipal a avaliar os diferentes espaços da cidade e, assim, solucionar os principais problemas para ofertar a população melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio de; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Mudanças e permanências na cultura política das metrópoles brasileiras. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 691-733, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/ybNf8xWzvwQqJqXXF9kXjvy/?lang=pt>>. Acesso em: 20 de jan. 2021.

BARROSO, Iran. A Construção Civil em Apodi-RN, e seus Impactos na Economia, a partir do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). In: VI Congresso de Economia & Gestão – CONgest, Mossoró. **Anais...** Mossoró: EDUERN, 2019. p. 208-219. Disponível em: <https://www.uern.br/controladepaginas/depto-economia-eventos/arquivos/0369_livro_e_book_congest_2019.pdf>. Acesso em: 25 de mai. 2021.

BEZERRA, Josué Alencar; LIMA, Keliane Queiroz de. Desigualdades socioespaciais em pequenas cidades: a segregação residencial na cidade de Pau dos Ferros-RN. **Revista Geotemas**, v. 1, n. 1, p. 43-54, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.apps.uern.br/index.php/GEOTemas/article/view/312>>. Acesso em: 15 de jan. 2021.

COELHO, Francisco Alexandre. As transformações urbanas e a vulnerabilidade social em Caucaia-CE (2000 - 2010). 2017. 142f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto. Lobato. **Trajatórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufrs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12795/8363>>. Acesso em: 20 de dez. 2020.

COSTA, Ademir Araújo da. **A verticalização e as transformações do espaço urbano de Natal-RN**. Rio de Janeiro: UFRJ. PPGG, 2000.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf>. Acesso em: 14 de fev. 2021.

HIRATA, Helena. **Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero**. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/evolucao_da_divisao_territorial_do_brasil/evolucao_da_divisao_territorial_do_brasil_1872_2010/evolucao_da_populacao_segundo_os_municipios.pdf>. Acesso em: 15 de jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico - 2010**. Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

NASCIMENTO, Ederson; MATIAS, Lindon Fonseca. Expansão urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa (PR). **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 23, p. 65-97, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufrpr.br/raega/article/view/24833/16634>>. Acesso em: 24 de abr. 2021.

PACHECO, Cleudia. Bezerra; BAUMANN, José Carlos. **Apodi: um olhar em sua Diversidade**. Natal: Copyright, 2006.

PENNA, Nelba Azevedo; FERREIRA, Ignez Barbosa. Desigualdades socioespaciais e áreas de vulnerabilidades nas cidades. **Mercator (Fortaleza)**, v. 13, n. 3, p. 25-36, 2014. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1331>>. Acesso em: 13 de jun. 2021.

PINHEIRO, Otilie Macedo. **Plano diretor e gestão urbana**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI. **Dados do município**. 2021. Disponível em: <<https://apodi.rn.gov.br/omunicipio.php>>. Acesso em: 17 de mai. 2022.

RÊGO, Alana Ticiane Alves do. Mossoró, 2022.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais—a luta pelo direito à cidade. **Revista cidades**, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12796/8364>>. Acesso em: 17 de set. 2021.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias. **Novos estudos CEBRAP**, p. 89-109, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/RVtd8zVwYXXbP74GzMM7tsD/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 3 de jan. 2022.

SALVATO, Marcio Antonio; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gomes; DUARTE, Angelo José Mont'Alverne. O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 40, p. 753-791, 2010.

SILVA, José Borzachiello da. Diferenciação socioespacial. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, p.89-100, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12797>>. Acesso em 7 de ago. 2021.

VERZA, Fabiana; SATTLER, Marli Kath; STREY, Marlene Neves. Mãe, mulher, chefe de família: perspectivas de gênero na terapia familiar. **Pensando famílias**, v. 19, n. 1, p. 46-60, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-494X2015000100005>. Acesso em: 30 de mai. 2021.

VICENTIN, Genésio; SANTO, Augusto Hasiak; CARVALHO, Marília Sá. Mortalidade por tuberculose e indicadores sociais no município do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 2, p. 253-263, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/ZXc8Kqd5BybgymSsKhD4Mbr/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 de nov. 2021.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>>. Acesso em: 29 de out. 2021.